



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

**Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana -
Coordenação de Análise Técnica**

Parecer nº 48/FEAM/URA CM - CAT/2024

PROCESSO Nº 1370.01.0054884/2021-77

Parecer Único de Alteração de condicionante N.º 48/2024

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 91262605

Processo SLA: 5.926/2023

SITUAÇÃO: licença concedida

EMPREENDEDOR:	Cachoeira Extração e Mineração Ltda	CPF/CNPJ:	10.561.894/0001- 42
----------------------	-------------------------------------	------------------	---------------------

EMPREENDIMENTO:	Cachoeira Extração e Mineração Ltda	CPF/CNPJ:	10.561.894/0001- 42
------------------------	-------------------------------------	------------------	---------------------

MUNICÍPIO:	Esmeraldas	ZONA:	Rural
-------------------	------------	--------------	-------

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE:	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0
A-05-02-0	Unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a úmido	4	

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

Karina Idemburgo - Gestora Ambiental

1.327.266-1

Vanessa Lopes de Queiroz Neri - Gestora
Ambiental (jurídico)

1.365.585-7

De acordo: Luis Gabriel Menten Mendoza – Coordenador de Análise Técnica - URA CM	1.405.122-1
De acordo: Giovana Randazzo Baroni Coordenadora de Controle Processual - URA CM	1.368.004-6



Documento assinado eletronicamente por **Karina Idemburgo, Servidor(a) Público(a)**, em 27/06/2024, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Gabriel Menten Mendoza, Coordenador**, em 27/06/2024, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).




Documento assinado eletronicamente por **Giovana Randazzo Baroni, Coordenadora**, em 15/07/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Lopes de Queiroz, Servidor(a) Público(a)**, em 15/07/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **88497377** e o código CRC **9F5046F1**.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana	27/06/2024 Pág. 1 de 18
--	--	----------------------------

Pedido de Alteração de Condicionante de LP+LI+LO – PA SLA N.º 5926/2023		
INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 5926/2021	SITUAÇÃO: Licença concedida
FASE DO LICENCIAMENTO: LAC 1 (Licença Prévia, de Instalação e de Operação Concomitantes) – LP+LI+LO		

EMPREENDEDOR:	Cachoeira Extração e Mineração Ltda	CNPJ:	10.561.894/0001- 42
EMPREENDIMENTO:	Cachoeira Extração e Mineração Ltda	CNPJ:	10.561.894/0001- 42
MUNICÍPIO(S):	Esmeraldas	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): WGS 84	LAT/Y 7.807.604	LONG/X	568.430
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL: Rio São Francisco		BACIA ESTADUAL: Rio Paraopeba	
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	4	
A-05-02-0	Unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a úmido		
RELATÓRIO DE VISTORIA: Não se aplica			DATA: Não se aplica

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Karina Idemburgo – Gestora Ambiental	1.327.266-1	
Vanessa Lopes de Queiroz Neri – Gestora Ambiental (jurídico)	1.365.585-7	
De acordo: Luis Gabriel Menten Mendoza – Coordenador de Análise Técnica	1.405.122-1	
De acordo: Giovana Randazzo Baroni – Coordenadora de Controle Processual	1.368.004-6	



1 Introdução

O empreendimento Cachoeira Extração e Mineração Ltda localiza-se na Fazenda Cachoeira e Fazenda Boa Sorte, no município de Esmeraldas – MG, atua no setor de mineração, explotando e beneficiando areia nas poligonais da Agência Nacional de Mineração (ANM) N.ºs 831.603/2014, 831.604/2014, 831.815/2015, 831.816/2015, 831.817/2015, 830.719/2012 e 831.818/2015.

O Parecer Único N.º 137/2023 (SEI 75605516) – Processo Administrativo SLA N.º 5.926/2021, subsidiou a concessão da licença prévia concomitante com licença de instalação e operação (LP+LI+LO) N.º 5.926/2023, conforme decisão da Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – SUPRAM CM (atual Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana (URA-CM), realizada em 24/10/2023, com validade de 10 anos (até 24/10/2033), conforme publicado na imprensa oficial do Estado de Minas Gerais em 26/10/2023.

A LP+LI+LO supracitada foi concedida ao empreendimento para as seguintes atividades, conforme a Deliberação Normativa (DN) N.º 217/2017:

- A-03-01-8 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - 50.000 m³/ano;
- A-05-02-0 - Unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a úmido - 300.000 t/ano.

De acordo com a classificação da DN N.º 217/2017, o empreendimento é considerado como classe 4, tendo em vista seu porte (M – lavra; P – UTM), potencial poluidor (M – lavra; G - UTM) e critério locacional 0 (zero).

A empresa Cachoeira Extração e Mineração Ltda – ME operou (lavra e beneficiamento de areia) primeiramente amparada por meio da Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF N.º 02736/2017 (PA N.º 02869/2016/001/2017), concedida em 08/05/2017, com vencimento em 08/05/2021.

Em 21/12/2018, foi formalizado junto a esta Unidade o processo administrativo (PA) COPAM N.º 02869/2016/002/2018 para LAC1 (LP+LI+LO), por se tratar de ampliação do empreendimento. Este processo foi arquivado, conforme publicação no Diário do Executivo realizada no dia 22/07/2021, devido à insuficiência das informações complementares apresentadas.

No âmbito da análise do processo predito, após verificação da realização de lavra sem autorização ambiental nas poligonais N.ºs 831.817/2015 e 831.818/2015, foi lavrado o Auto de Fiscalização (AF) N.º 210.537/2021 e o Auto de Infração (AI) N.º 277.398/2021 (extração de areia em cava aluvionar sem a devida autorização ambiental).



No dia 25/11/2021 o empreendedor formalizou no SLA o processo N.º 5.926/2021 para as atividades de “extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil (50.000 m³/ano), código A-03-01-8 e unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a úmido” (300.000 t/ano), código A-05-02-0.

Foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Superintendência Regional Central Metropolitana – SUPRAM CM (atual Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – URA CM) e a empresa no dia 13/05/2022 (SEI 46557207) para as atividades e quantidades supracitadas, para a realização de lavra em encosta na poligonal ANM N.º 831.603/2014 e beneficiamento a úmido, cuja UTM está localizada na poligonal ANM N.º 831.815/2015, com prazo de 24 meses, a contar da data da assinatura.

Em 18/09/2023, após constatação de descumprimento do TAC, foi lavrado o Auto de Infração N.º 321.823/2023, e determinada a suspensão das atividades.

No dia 24/10/2023 foi concedida a LP+LI+LO para as atividades solicitadas no PA SLA N.º 5926/2021, com validade de 10 anos.

2 Solicitações

No anexo I do PU N.º 137/2023 (SEI 75605516) que subsidiou a concessão da LP+LI+LO N.º 5.926/2021 em favor da Cachoeira Extração e Mineração Ltda – ME, foram estabelecidas 16 condicionantes. No dia 24/11/2023, conforme recibo SEI N.º 77567943, a empresa solicitou exclusão ou alteração de prazo com pedido de efeito suspensivo referente à condicionante N.º 1, Anexo II, itens 1, 3 e 4 (descritas nas Tabelas 2.1, 2.2 e 2.3), com fundamentação no art. 57, parágrafo único da Lei Estadual N.º 14.184/2022.

Tabela 2.1: pontos de monitoramento de qualidade da água

Efluentes Líquidos		
Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Ponto 01: Ribeirão das Abóboras a montante da UTM - X 568.823, Y 7.807.757 Ponto 02: Ribeirão das Abóboras a jusante da UTM e da área de dragagem – X 568.495, Y 7.807.983	condutividade elétrica, cor verdadeira, DBO, DQO, ferro dissolvido, ferro total, manganês total, fósforo total, óleos e graxas, pH, sólidos dissolvidos totais, sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos totais, turbidez, oxigênio dissolvido, temperatura da água e temperatura	<u>Mensal</u>



<p>Ponto 03: Córrego Capão Grosso, a montante da área de dragagem – X 568.416, Y 7.806.146</p> <p>Ponto 04: Córrego capão Grosso, a jusante da área de dragagem - X 567.233, Y 7.806.886</p> <p>Ponto 05: Córrego “Sem Nome”, a montante da área de dragagem - X 568.150, Y 7.807.244</p> <p>Ponto 06: Córrego Sem Nome, a montante da área de dragagem X 568.146, Y 7.807.475</p> <p>Coordenadas UTM – 23 K – DATUM SIRGAS 2000 -</p>	ambiente, coliformes termotolerantes, coliformes totais.	
--	--	--

Tabela 2.2: pontos de monitoramento de qualidade do ar

Efluentes atmosféricos		
Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
<p>Ponto 01: Fazenda Cachoeira – Vila dos Trabalhadores (X = 568.657 - Y = 7.808.768);</p> <p>Ponto 02: Vista Alegre (X = 566.507 - 7.807.151);</p> <p>Coordenadas UTM - 23 K – DATUM SIRGAS 2000</p>	Partículas totais em suspensão (PTS) e material particulado (M P10 e MP 2,5)	<u>Trimestral</u>

Tabela 2.3: pontos de monitoramento de ruídos

Ruídos		
Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de análise



Ponto 01 – Fazenda Cachoeira – Vila dos Trabalhadores: X 568.657 - Y 7.808.768 Ponto 02: Vista Alegre – X 566.507 - Y 7.807.151 Coordenadas UTM – 23K – SIRGAS 2000	Decibéis	Quinzenal
---	----------	-----------

Prazo de entrega dos relatórios: anualmente

2.1 Dos pedidos da empresa

No item 5, foi requerido que o pedido de alteração/exclusão de condicionante fosse conhecido e provido, nos seguintes termos:

a) seja deferido o pedido de EFEITO SUSPENSIVO AO PRESENTE PEDIDO DE EXCLUSÃO/ ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE, determinando-se a suspensão dos efeitos da Condicionante N.º 1, Anexo II, itens 1, 3 e 4 do Certificado N.º 5926/2023, até a data de julgamento do pedido de alteração/exclusão da referida condicionante, o fazendo nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei Estadual N.º 14.184/2002, dado que há justo receio de prejuízo ou de dano de difícil e incerta reparação, caso a exigibilidade de cumprimento e execução da condicionante permaneça operando seus efeitos;

b) esse duto órgão ambiental revise o PARECER ÚNICO anexado ao Certificado N.º 5926/2023 e, apreciando os fundamentos apresentados nessa petição, exerça o juízo de reconsideração, no dever de autotutela administrativa (art. 39 do Decreto Estadual N.º 47.383/2018), para EXCLUIR/ANULAR os itens 1, 3 e 4, do Anexo II, da Condicionante N.º 1, do Certificado N.º 5926/2023, uma vez que as obrigações impostas não possuem amparo na legislação ambiental e sequer são aplicáveis aos demais empreendimentos de extração de areia e cascalho no Estado de Minas Gerais, dado que não constam como condicionante das Licenças desses empreendimentos, conforme relatado em cada tópico acima, tornando esses itens da Condicionante ilegais e inexigíveis;

c) Caso não seja exercido o juízo de reconsideração para excluir os itens 1, 3 e 4, do Anexo II, da Condicionante N.º 1, do Certificado N.º 5926/2023, seja, no mínimo, alterada a frequência dessas obrigações para anual, ou na pior das hipóteses, semestral, a fim de desonerar a empreendedora frente aos demais empreendimentos do mesmo ramo de atividades, especialmente, porque esses parâmetros já foram monitorados pela Requerente ao longo da vigência do TAC, restando demonstrado que a empreendedora não causa poluição ou degradação ao meio ambiente;

(...)



O pedido de exclusão/alteração de prazo da condicionante fundamentou-se no art. 29 do Decreto Estadual N.º 47.383/2018 que estabelece

Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Considerando a data de publicação da concessão da licença ambiental, em 26/10/2023 e que foi estabelecido no PU N.º 137/2023 que o prazo de entrega dos relatórios de automonitoramento deveria ser anual para as condicionantes em tela, o pedido é considerado tempestivo.

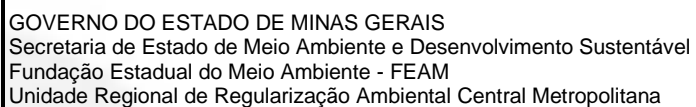
2.2 Alegações da requerente e discussão

✓ A requerente argumenta que no TAC (que se trata de um instrumento mais rigoroso para o controle das atividades do empreendimento), foram estabelecidas obrigações relacionadas ao monitoramento de efluentes líquidos, atmosféricos e de ruídos, conforme cláusula segunda, itens 2, 3 e 4 do TAC com frequência trimestral de monitoramento.

✓ Nos relatórios de automonitoramento, apresentados ao órgão ambiental, não foi constatado o descumprimento das normas estabelecidas para os parâmetros de monitoramento de efluentes líquidos, efluentes atmosféricos ou ruídos e que foi celebrado termo aditivo, em razão do cumprimento das obrigações.

Conforme o Despacho N.º 348/2022 (SEI 44440283), foi sugerido pela equipe técnica da antiga SUPRAM CM, o monitoramento de qualidade das águas, de qualidade do ar e de ruídos, com frequência mensal e apresentação de relatório semestral (Tabela 02 do documento). No entanto, após reunião com o Superintendente a época, a empresa solicitou, por meio de e-mail (SEI 46556571), a alteração de prazo dos itens 2, 3 e 4 – Tabela 01, da Cláusula Segunda do TAC de mensal para trimestral.

Conforme se extrai do parágrafo primeiro, cláusula segunda do TAC, as atividades objetos do termo compreendiam às atividades e a produção contemplada no PA SLA 5.926/2021. No entanto, somente estavam contempladas as poligonais ANM N.º 831.603/2014 e 831.815/2015 (Figura 2.2.1), sendo que nesta última estava localizada apenas a UTM. Portanto o TAC contemplou uma área de operação menor com relação àquela licenciada (Figura 2.2.2).



27/06/2024
Pág. 7 de 18

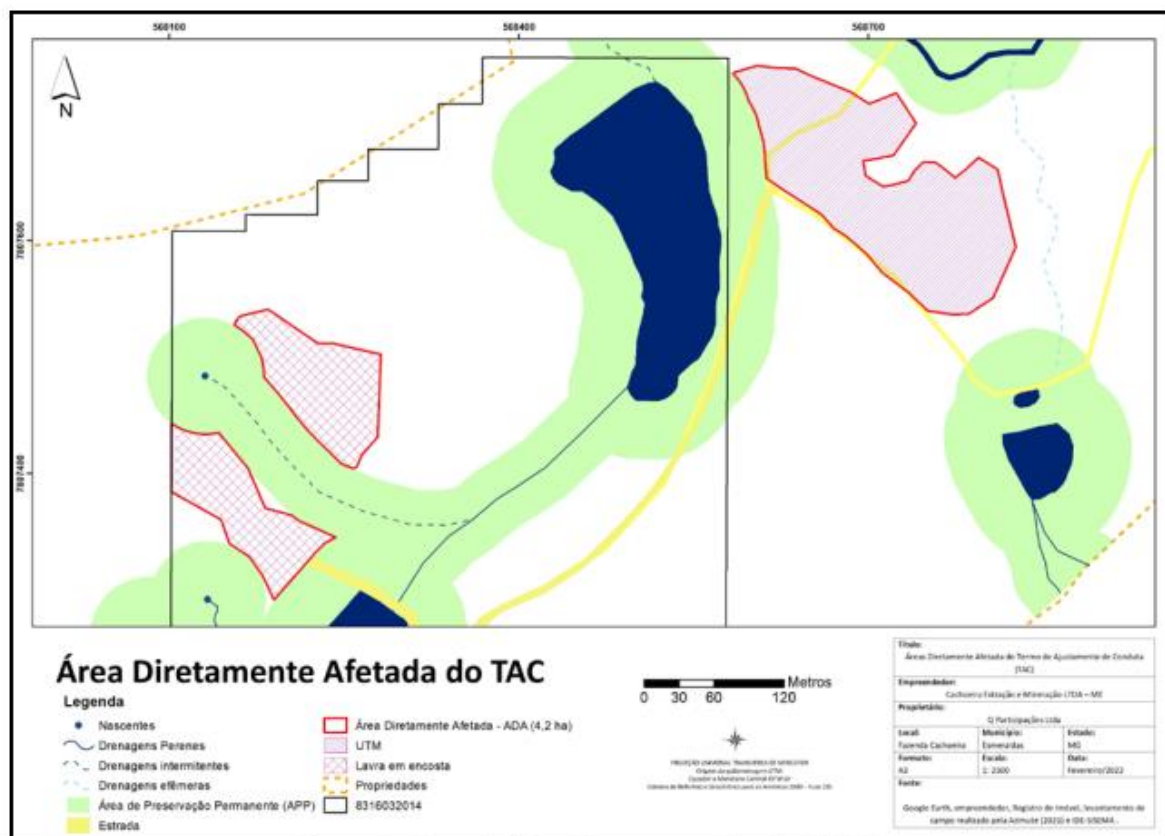


Figura 2.2.1: área diretamente afetada (ADA) – TAC

Fonte: SEI 43353647

A ADA do TAC totalizava 4,2 ha, sendo: a área da UTM - 2,5 ha e duas cavas, totalizando 1,7 ha.

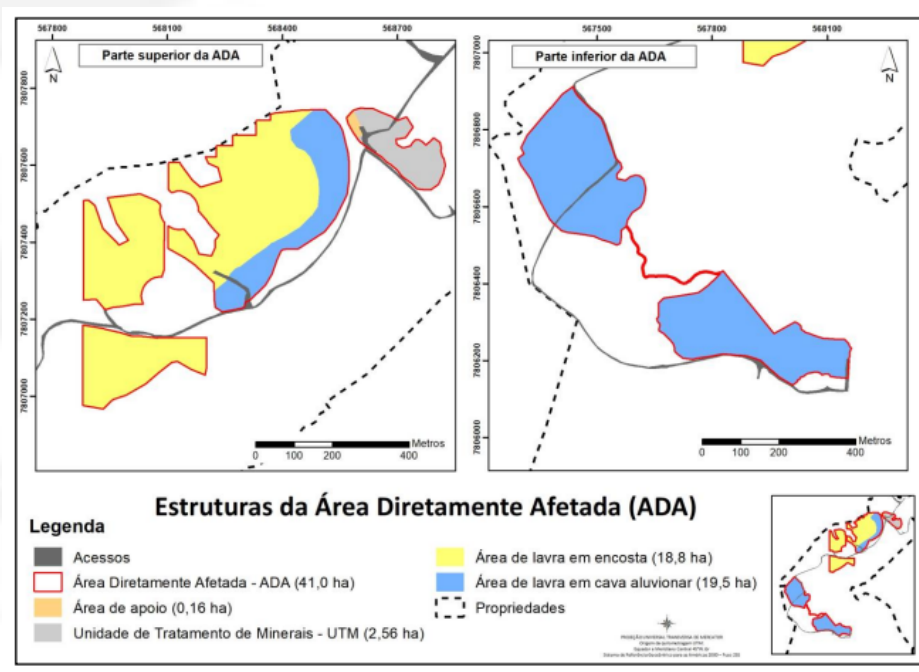


Figura 2.2.2: Área diretamente afetada

Fonte: Informações complementares – SLA 5926/2021

A ADA licenciada por meio do PA 5.926/2021 totaliza 41,0 ha. Dessa forma, verifica-se a necessidade de uma maior frequência de análise no âmbito da licença ambiental, considerando que a ADA autorizada no licenciamento é muito superior àquela cuja operação foi autorizada por meio do TAC.

Ressalta-se ainda que o termo aditivo (SEI 46557526) ao TAC (46557207) celebrado no dia 12/05/2022 trata-se somente de um anexo constando a descrição da compromissária e da comprometente.

✓ No Parecer N.º 137/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA/2023, o órgão ambiental informa que os ruídos serão monitorados trimestralmente: “Os ruídos serão monitorados trimestralmente, através de medições em períodos diferentes do dia, nos pontos indicado na Tabela 6.1.3 e na Figura 6.1.4 (os mesmos sugeridos para monitoramento da qualidade do ar).”

No entanto, trata-se de um erro material, sendo que na condicionante foi estabelecido o prazo de monitoramento quinzenal.

✓ Foi informado que o empreendimento não faz lançamento de efluentes líquidos no Ribeirão Abóboras, sendo que o lançamento de efluentes sanitários é direcionado à fossa séptica, conforme descrito no Parecer Único N.º 137. A requerente



entende que a DN COPAM N.º 08/2022 é inaplicável para o empreendimento em questão.

No entanto, a condicionante de monitoramento de qualidade da água foi estabelecida devido ao possível carreamento de sedimentos da lavra/UTM para o ribeirão Abóbora. Não foi estabelecido monitoramento do efluente sanitário, em atendimento à orientação interna, uma vez que se trata de lançamento do efluente tratado em sumidouro, mas foi informado no Parecer N.º 137:

Desde que o efluente seja de natureza sanitária, que o sistema seja corretamente dimensionado, incluindo a vala sumidouro, em conformidade com as normas técnicas NBR/ABNT pertinentes, que as manutenções e limpezas sejam realizadas corretamente, o sistema responderá conforme fora projetado, dentro das especificações técnicas, cabendo ao empreendedor e responsável técnico a garantia de tais ações e do pleno funcionamento do sistema.

Por fim, foi condicionada a realização de limpeza no sistema de acordo com o manual do fabricante ou orientações do projetista e a comprovação por meio de relatório.

Ademais, foi constatado o descumprimento do TAC, conforme Auto de Fiscalização N.º 238.983/2023 e Auto de Infração N.º 321.823/2023, acerca do sistema de drenagem do empreendimento, onde se constou:

Quanto à verificação do cumprimento das obrigações do TAC in loco, seguem as considerações: N.º 06: verificou-se que o sistema de drenagem implantado não está sendo eficiente, uma vez que não está sendo mantido. A situação foi evidenciada pelas canaletas assoreadas, leiras com falhas ou a falta de instalação dessas estruturas; sumps abertos (inclusive aqueles localizados próximo ao ribeirão Abóbora); falta de manutenção nos taludes do entorno da UTM; processos erosivos no entorno da cava. N.º 07: verificou-se alguns sumps escavados, no entanto, alguns não estavam isolados, pois havia saída nos mesmos, pois não está sendo realizada a manutenção, não sendo possível cumprir sua função de sedimentação. N.º 08: verificou-se que os taludes na região da UTM encontram-se desprovidos de vegetação e com instalação de processos erosivos; as canaletas escavadas encontram-se com processos erosivos e assoreadas e as leiras de condução de drenagem não estão sendo mantidas.

Dessa forma, é importante monitorar os cursos d'água próximos ao empreendimento.



✓ A Cachoeira Extração e Mineração Ltda alegou que no estado de Minas Gerais, quando não há norma que estabeleça prazo para cumprimento de uma obrigação, a frequência estabelecida para os programas de automonitoramento obedece a prazos que permitem compatibilizar a operação economicamente viável do empreendimento com o controle ambiental das atividades. Foram citados alguns exemplos, a saber:

▪ **Processo de LAS/RAS – SLA N.º 4.090/2021– CB Mineração Ltda M.E.:** foi estabelecido o monitoramento de qualidade da água semestral, não houve o condicionamento de monitoramento de ruídos e de efluentes atmosféricos.

O certificado de LAS/RAS N.º 4.090/2021 foi concedido ao empreendimento no dia 22/02/2022, válido até 22/02/2032, por meio da decisão do Superintendente da antiga SUPRAM Zona da Mata, subsidiado pelo Parecer Técnico N.º 42618316/2022 com as seguintes características:

- Atividade: A-03-01-8 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, classe 02, potencial poluidor médio, porte pequeno, critério locacional 01, produção bruta 9.900 m³ /ano;

- A área diretamente afetada é inferior a 8,0 ha;

- Próximo ao empreendimento existe somente uma fazenda e uma engarrafadora;

- Foi prevista a alteração da qualidade do ar e de ruídos, mas considerou-se que a geração de ruídos será evitada por meio da manutenção preventiva dos veículos e equipamentos.

Comparando-se com a Cachoeira Extração e Mineração Ltda (ADA 41,0 ha), verifica-se que a área do empreendimento da CB Mineração é muito menor, bem como a classe e não há comunidades próximas ao empreendimento.

Conforme se extrai do item 3.1 do PU N.º 137/2023 referente ao processo da Cachoeira "...a AID compreende duas comunidades localizadas no entorno: Boa Vista e Fazenda Cachoeira – Vila dos Trabalhadores, onde vivem algumas pessoas, além das chácaras, sítios e fazendas espalhadas nesta região." A comunidade mais próxima dista cerca de 800 m em linha reta.

▪ **Processo de LAT/LO – PA SLA 3.902/2022 – Mineração Barra Rica Ltda – ME** – classe 04: foi estabelecido o monitoramento de efluentes oleosos com frequência semestral, não foi estabelecido o monitoramento de efluentes atmosféricos e de ruídos.

A LO N.º 3.902/2023 foi concedida por meio da 96ª Reunião Ordinária da CMI realizada no dia 03/03/2023, válida até 03/03/2033, cuja decisão foi subsidiada pelo Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – URA CM - Cidade Administrativa Presidente Tancredo

Neves

Rodovia Papa João Paulo II – N.º 4.143 - Edifício Minas 2º andar – Serra Verde – Belo Horizonte – MG – Cep 31.630-900



Parecer N.º 14/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2023, conforme características a seguir:

As atividades foram licenciadas conforme Tabela 2.2.1.

Tabela 2.2.1: atividades licenciadas – Mineração Barra Rica Ltda – ME

Atividade		
Código	Descrição	Quantitativo
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	99.600,00 m³/ano
A-02-10-0	Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho.	99.600,00 m³/ano
A-05-02-0	Unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a úmido	150.000,00 ton./ano
A-05-06-2	Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção.	200.000,00 m³
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação	15 m³

Conforme o Parecer de adendo N.º 46/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2023, tem-se:

A ADA do empreendimento inicialmente definida no licenciamento possui 25,61 ha, contudo, corrigindo e excluindo os 0,82 ha de APP do rio Jequitinhonha que sobrepõe a ADA, restam ainda 24,79 ha onde a mineração desenvolverá as suas atividades. A ADA compreende as poligonais das áreas de lavras, áreas onde estão instaladas as infraestruturas e as estradas internas do empreendimento.

Dessa forma, verifica-se que a ADA também é inferior à ADA da Cachoeira.

Foi citado no requerimento de alteração de condicionantes apresentado pela Cachoeira que não foi estabelecido o monitoramento de qualidade do ar, de ruídos e de qualidade da água, para o empreendimento Mineração Barra Rica, mas somente de efluentes oleosos. No entanto, verifica-se que esses monitoramentos foram estabelecidos, conforme relatado a seguir:

A condicionante N.º 04 do anexo I do Parecer N.º 14/2023 estabeleceu a execução do Programa de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais

Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – URA CM - Cidade Administrativa Presidente Tancredo
Neves

Rodovia Papa João Paulo II – N.º 4.143 - Edifício Minas 2º andar – Serra Verde – Belo Horizonte – MG – Cep 31.630-900



conforme apresentado no Plano de Controle Ambiental (PCA) apresentado no âmbito do processo de LP+LI (26594/2018/001/2019).

A condicionante N.º 07 estabeleceu

Apresentar anualmente relatório técnico descritivo e fotográfico comprovando a execução dos Programas, Planos e Ações de Controle Ambiental propostas no Plano de Controle Ambiental, que não são objetos de condicionantes específicas desse parecer.

Pode-se citar ainda, que de acordo com o item 6.5 do Parecer N.º 14/2023, foi previsto o monitoramento de ruídos:

O controle desse impacto encontra-se no Programa de Controle e Monitoramento de Ruídos, que avaliará os níveis de pressão sonora produzidos, de forma a compará-los com os limites previstos na legislação vigente.

O monitoramento de efluentes líquidos e de águas superficiais foi previsto no item 9.1.1 do PCA, com periodicidade semestral e apresentação de relatório anual; e no item 9.1.3 foi previsto o monitoramento de ruídos com monitoramento e envio de relatórios anualmente.

Quanto à qualidade do ar, foi prevista a geração de materiais particulados, mas foram consideradas como medidas mitigadoras a aspersão de vias, enlombamento de caminhões, uso de EPIs e manutenção dos veículos e equipamentos.

Dessa forma, verifica-se que foram estabelecidos nas condicionantes o monitoramento de qualidade das águas, e de ruídos para o empreendimento.

Ressalta-se ainda que não foram observadas comunidades ou estruturas próximas ao empreendimento.

▪ **Processo LAS/RAS - SLA N.º 300/2023 - Comércio de Areia Palmares Ltda:** foi estabelecido o monitoramento de qualidade das águas com frequência e apresentação de relatórios anualmente, não foi estabelecido o monitoramento de ruídos e de qualidade do ar.

O certificado de LAS/RAS N.º 300/2023 foi concedido ao empreendimento no dia 15/03/2023, válido até 15/03/2033, por meio da decisão do Superintendente da antiga SUPRAM Zona da Mata, subsidiado pelo Parecer Técnico N.º 25/2023 (SEI 62291866) com as seguintes características:



- Atividade: A-03-01-8 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, classe 03, potencial poluidor e porte médio, critério locacional 0, produção bruta 40.000 m³ /ano;

Quanto à geração de ruídos, foi indicado no parecer “A geração de ruído, apesar de existente, é pouco expressivo e pode ser considerado um impacto não significativo devido à localização do empreendimento, em área rural, distante de núcleos populacionais.”

Com relação à geração de efluentes atmosféricos, considerou-se que a manutenção preventiva das máquinas e caminhões é suficiente com vistas a manter a emissão em níveis aceitáveis.

Comparando-se os processos supracitados com aquele referente à Cachoeira Extração e Mineração Ltda, verifica-se que este possui classe superior aos processos de LAS/RAS utilizados como exemplo, que o enquadra em licenciamento convencional; nos processos de LAS/RAS, só foi licenciada a atividade de lavra e não UTM, sendo que o tratamento do bem mineral intensifica os impactos gerados, principalmente porque os sedimentos da UTM podem ser carreados para o Ribeirão Abóboras, caso a drenagem implantada não seja suficiente, além da intensificação dos ruídos e efluentes atmosféricos gerados. Por fim, com relação ao processo de LO da Mineração Barra Rica Ltda – M.E., verifica-se que para esse também foi estabelecido o monitoramento de qualidade da água e de ruídos.

Diante do exposto, verifica-se que para cada empreendimento existem variáveis e características intrínsecas que inviabilizam a padronização do tipo de monitoramento e frequência de análise.

✓ Acerca dos custos, a requerente declarou:

Cumprasse ressaltar que, ao estabelecer a frequência semestral ou anual para empreendimentos semelhantes e estabelecer a frequência de automonitoramento mensal para a Requerente, o órgão ambiental coloca a CACHOEIRA em flagrante desvantagem comercial frente aos concorrentes do mesmo ramo de atividade, uma vez que o valor dos automonitoramentos é equivalente ao montante de R\$ 5.189,81 (cinco mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e um centavos) mensais, conforme orçamento em anexo (Doc.6), impondo um custo de anual de R\$ 62.277,72 (sessenta e dois mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos), para o monitoramento somente desse item da Condicionante N.º 1, custo que não é aplicável aos demais concorrentes no Estado de Minas Gerais. E esse valor é bastante significativo, pensando que o valor agregado à tonelada de areia é bastante baixo.



A Cachoeira Extração e Mineração Ltda – ME alegou que é economicamente inviável para a empresa realizar monitoramentos com frequência tão reduzida, visto que se trata de empreendimento com orçamento comprometido, considerando que o valor agregado da areia e cascalho no mercado de construção civil tem baixo custo. Dessa forma, o monitoramento na frequência estabelecida compromete a atividade e a função social do empreendimento.

3 Controle Processual

O presente controle processual versa sobre pedido de alteração/exclusão e de prorrogação de prazo de condicionantes determinadas no Parecer N.º 137/2023 baseando-se nas considerações apresentadas pela Cachoeira Extração e Mineração Ltda., face ao Programa de Controle e Monitoramento de Efluentes Líquidos e Drenagem Pluvial (PCA), bem como no Programa de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar, levando-se em conta a necessidade destacada pela empresa e os aspectos de impacto ambiental discutidos.

Assim dispõe o Decreto 47.383/18:

Art. 29 – Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

§ 1º – A prorrogação do prazo para o cumprimento da condicionante e a alteração de seu conteúdo serão decididas pela unidade responsável pela análise do licenciamento ambiental, desde que tal alteração não modifique o seu objeto, sendo a exclusão de condicionante decidida pelo órgão ou autoridade responsável pela concessão da licença, nos termos do disposto nos arts. 3º, 4º e 5º. (Redação dada pelo Decreto N.º 47.837, de 09 de janeiro de 2020)

O empreendedor apresentou no documento SEI 77567927, PEDIDO DE EXCLUSÃO/ ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE C/C PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO, na forma do art. 57, parágrafo único, da Lei Estadual N.º 14.184/2002, referente às seguintes condicionantes.

Cumprе esclarecer que o empreendedor requer alteração/exclusão de condicionante, fundamentada no art. 29 do Decreto Estadual N.º 47.383/2018, mas requer as prerrogativas processuais atreladas pela legislação ambiental vigente ao recurso administrativo, nos termos dos arts. 40 ao 47 do Decreto Estadual N.º 47.383/2018 c/c arts. 51 ao 58-A da Lei Estadual N.º 14.184/2002.



Nesse sentido, faz-se necessário alguns esclarecimentos acerca da tempestividade, possibilidade de efeito suspensivo e retratação pela autoridade competente.

Frisa-se que o pedido em tela de alteração/exclusão de condicionante foi protocolado no sei 1370.01.0054884/2021-77 fora do prazo legal e a taxa recolhida se refere a solicitações pós concessão de licença e não à correspondente ao recurso.

Dessa forma, os pedidos ora formulados pelo empreendedor serão analisados como pedido de alteração/exclusão de condicionantes, nos termos do art. 29, do Decreto Estadual N.º 47.383/2018 e não pelas disposições legais relativa ao recurso administrativo. Isso porque, conforme preceitua o art. 3º da Lei Estadual N.º 14.184/2002, as normas devem ser interpretadas a favor do administrado e interpretação contrária implicaria em prejuízo processual ao empreendedor porquanto o recurso não seria conhecido em razão da sua interposição intempestiva.

Assim, não cabe pedido de concessão de efeito suspensivo e, muito menos, pedido de retratação tendo em vista que a norma ambiental vigente não admite mais a reconsideração por parte da instância julgadora.

Com relação ao mérito, o empreendedor alegou fatos posteriores à imposição da condicionante como motivo para prorrogação do prazo para cumprimento da mesma, modificando os termos para se executar a condicionante, conforme previsto no art. 29, do Decreto Estadual N.º 47.383/2018.

Nesses termos, a solicitação de exclusão dos itens 01, 03 e 04 do Anexo II da condicionante N.º 01 do PU N.º 137/2023 não mereceu prosperar, pois os monitoramentos propostos são essenciais para avaliar a eficiência dos mecanismos de controle dos efluentes e mitigar os impactos negativos na qualidade do ar e no sossego local pelas razões técnicas narradas no escopo desse parecer, não tendo, portanto, que se falar em ilegalidade das referidas condicionantes impostas no Parecer Único.

Assim sendo, foi considerada a importância de acompanhar de perto os impactos e as medidas mitigadoras, a frequência de análise para os efluentes líquidos a ser mantida mensalmente, enquanto para os efluentes atmosféricos será trimestral.

Quanto ao monitoramento de ruídos, a frequência será alterada de quinzenal para trimestral, atendendo parcialmente ao pedido da empresa. Nesse caso, a análise da equipe técnica opinou pela prorrogação do prazo, não havendo óbices do ponto de vista legal à concessão da prorrogação.

Finalmente, foi possível que alguns parâmetros fossem excluídos devido à ausência de lançamento de efluentes sanitários em corpos d'água e no caso de monitoramento de ruídos, no tocante a qualidade do ar e a frequência de apresentação dos relatórios permaneceram inalterados.



Houve o pagamento de taxa de expediente pelo empreendedor nos termos do Documento 2 (SEI 77567932), sendo a comprovação do pagamento da taxa prevista no item 7.21, do Anexo II a que se refere o art. 30 da Lei N.º 22.796, de 28 de dezembro de 2011, que prevê a cobrança para solicitações pós-concessão de licenças (prorrogação de licenças, adendos ao parecer, revisão de condicionantes).

A análise do pedido apresentado foi realizada pela URA-CM em atendimento ao previsto no art. 22, inc. I, do Decreto N.º 48.707, de 25/10/2023.

Tendo sido a licença ambiental para o empreendimento concedida pela URA-CM, dentro de suas competências, caberá a esta unidade decidir sobre o pedido de alteração/exclusão de condicionantes, nos termos do art. 29, §2º, do Decreto N.º 47.383/2018:

§ 2º - A exclusão e a alteração de conteúdo que modifique o objeto de condicionantes serão decididas pelo órgão ou autoridade responsável pela concessão da licença, nos termos do disposto nos arts. 3º, 4º e 5º.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 8º do Decreto N.º 47.837, de 9/1/2020.)

Nesses termos, tendo sido cumpridos os requisitos legais do pedido para alteração do cumprimento da condicionante, deve este parecer ser remetido à Chefia Regional para decisão.

Ressalta-se que o instituto legal da autotutela somente se faz necessário quando constatado, pela autoridade administrativa competente, alguma ilegalidade ou por motivos de conveniência ou oportunidade, o que não se verifica no caso em tela em razão dos fundamentos expostos no presente parecer.

O princípio da autotutela estabelece que a Administração Pública possui o poder-dever de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos.

Dessa forma, o art. 64 da Lei Estadual N.º 14.184/2002 que estabelece normas gerais sobre o processo administrativo no âmbito estadual prevê:

Art. 64 – A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e **pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos.

Trata-se, portanto, de um poder-dever, ou seja, uma obrigação. Assim, o controle de legalidade, em decorrência da autotutela, pode ser realizado independentemente de provocação, pois se trata de um poder-dever de ofício da Administração, em que pese haver recurso administrativo interposto pelo empreendedor.



No caso em análise não há que se falar em autotutela para excluir itens 01, 03 e 04 do Anexo II da condicionante N.º 01 do PU N.º 137/2023, em razão dos fundamentos técnicos e jurídicos expostos no presente parecer.

4 Conclusão

No PCA apresentado pela Cachoeira Extração e Mineração Ltda no âmbito do PA SLA N.º 5.926/2021, foi sugerido, conforme o Programa de Controle e Monitoramento de Efluentes Líquidos e Drenagem Pluvial (item 6.1.1) o monitoramento da qualidade da água nos pontos P01 a P05 (Tabela 03 do PCA), tendo sido acrescentado no Parecer N.º 137/2023 o Ponto P06. Foi também sugerido no PCA o monitoramento da fossa séptica, mas, pelas razões já expostas, não foi condicionado o monitoramento do efluente tratado. Como objetivo do programa, foi citada pela empresa a avaliação da eficiência dos mecanismos e equipamentos de controle dos efluentes, evitando-se a alteração da qualidade dos recursos hídricos; bem como a inspeção das estruturas de controle de drenagem pluvial, de forma a evitar pontos de assoreamento e carreamento de sólidos.

No item 6.1.2 do PCA, foi apresentado o Programa de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar, tendo apresentado como justificativa na introdução:

A atividade minerária é considerada fonte emissora de particulados que podem causar impactos na qualidade do ar e, conseqüentemente, trazer danos à saúde das pessoas e dos seres vivos localizados no seu entorno. Por esta razão, torna-se necessário realizar um controle durante a operação do empreendimento objeto deste trabalho.

Conforme o plano apresentado, o programa tem como objetivo adotar ações e medidas de controle dos materiais particulados gerado, bem como minimizar os impactos negativos causados aos moradores vizinhos, trabalhadores e à fauna do entorno do empreendimento. Dessa forma, foi sugerido o monitoramento de qualidade do ar nos pontos P1 e P2 conforme item N.º 3, anexo II, condicionante N.º 07 do PU N.º 137/2023.

Destaca-se a necessidade de monitoramento dos ruídos conforme o item 6.1.3.1 do PCA “O ruído gerado durante a operação do empreendimento será proveniente do tráfego de caminhões, veículos e equipamentos. Este impacto pode ser considerado um aspecto inerente à atividade de extração da areia.” De acordo com o estudo supracitado, o programa tem como objetivo **monitorar** os níveis de ruído e se constatada alguma irregularidade, providenciar a sua remediação “de forma a evitar a perturbação do sossego local e do bem-estar de alguns poucos moradores da região, dos próprios funcionários da empresa e também da fauna local.”



Quanto ao pedido de exclusão dos itens 01, 03 e 04 do Anexo II da condicionante N.º 01 do PU N.º 137/2023, diante das questões discutidas neste parecer e da necessidade apontada no próprio estudo apresentado pela empresa, bem como aquelas descritas no PU predito (no item 5 - Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras), verifica-se a necessidade da permanência dos monitoramentos estabelecidos, sendo o pleito indeferido.

Com a frequência de análise solicitada, anual ou semestral não é possível obter uma representatividade das amostras, e não possibilita o acompanhamento dos impactos e medidas mitigadoras do empreendimento. Considerando a adoção de medidas mitigadoras dos impactos, com o objetivo de manter o monitoramento contínuo dessas medidas, **fica mantida a frequência de análise mensal para os efluentes líquidos e a frequência trimestral para o monitoramento de efluentes atmosféricos**, conforme itens N.ºs 01 e 03, respectivamente. **Quanto ao item N.º 04 – monitoramento de ruídos, fica estabelecida a alteração da frequência de análise quinzenal, para trimestral**, sendo o pedido parcialmente deferido. Considerando que não há lançamento de efluentes sanitários em curso d'água, **ficam excluídos os parâmetros “fósforo total, coliformes termotolerantes e coliformes fecais”**.

Ressalta-se que se mantêm inalterados os parâmetros de monitoramento de ruídos e de qualidade do ar, bem como a frequência de apresentação dos relatórios desses monitoramentos e de qualidade da água.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

Referência: Processo nº 1370.01.0054884/2021-77

Belo Horizonte, 15 de julho de 2023.

FOLHA DE ROSTO DE DECISÃO

**DECISÃO DA CHEFE DA UNIDADE REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL
CENTRAL METROPOLITANA**

EMPREENDEDOR/EMPRENDIMENTO: Cachoeira Extração e Mineração Ltda	
PROCESSO Nº: 5.926/2021	CLASSE: 4
CODIGO DA ATIVIDADE: A-05-02-0	MUNICÍPIO: Esmeraldas

LICENÇA: () LP () LP+LI () LI () LIC () LO () LI+LO (X) LP+LI+LO

() LOC () LOP () REVLO () AMPLIAÇÃO () LAS

() CONCEDIDA COM CONDICIONANTES VALIDADE: ____/____/20__

() CONCEDIDA SEM CONDICIONANTES VALIDADE: ____/____/20__

() INDEFERIDA

() ARQUIVAMENTO

☒ **ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE**

☒ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA

☒ **PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTE**

☒ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA

☐ **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA**

☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA - VALIDADE: ____/____/20__

Observação: Solicitação de alteração/prorrogação de prazo de condicionante parcialmente deferida, conforme Parecer nº 48/FEAM/URA CM - CAT/2024 (88497377).

Mateus Romão Oliveira

MA SP 1.363.846-5

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Romao Oliveira, Chefe Regional**, em 16/07/2024, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **92567052** e o código CRC **0C93E35B**.

Referência: Processo nº 1370.01.0054884/2021-77

SEI nº 92567052



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

**Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana -
Núcleo de Apoio Operacional**

Ofício FEAM/URA CM - CAF NAO nº. 152/2024

Belo Horizonte, 16 de julho de 2024.

À Cachoeira Extração e Mineração Ltda

Fazenda Cachoeira S/N - Zona Rural

Esmeraldas/MG

CEP 35.740-000

Assunto: Alteração de condicionantes conforme Parecer nº 48/FEAM/URA CM - CAT/2024

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0054884/2021-77].

Senhor Empreendedor,

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana comunica o **DEFERIMENTO PARCIAL** da solicitação de alteração/exclusão das condicionantes do Certificado de Licença Ambiental referente ao PA nº 5926/2021, do empreendimento Cachoeira Extração e Mineração Ltda., nos termos do Parecer nº 48/FEAM/URA CM-CAT/2024 nº 92567052 e Decisão nº 92567052 proferida.

Atenciosamente,

Mateus Romão de Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental

Central Metropolitana - URA CM



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Romao Oliveira, Chefe Regional**, em 19/07/2024, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **92684561** e o código CRC **4BDD03B2**.

Tipo de Destinatário:	Pessoa Física
Destinatário:	DANIELA ISABEL CARDOSO CAMPOS
Tipo de Intimação:	Ciência
Documento Principal da Intimação:	Ofício 152 (92684561)
Data de Expedição da Intimação:	19/07/2024 16:32:28
Tipo de Cumprimento da Intimação:	Consulta Direta
Data do Cumprimento:	22/07/2024
Usuário Responsável pelo Cumprimento:	DANIELA ISABEL CARDOSO CAMPOS

Esta Certidão formaliza o cumprimento da intimação eletrônica referente aos dados acima, observado o seguinte:

- O Tipo de Cumprimento "Consulta Direta" indica que o "Destinatário" realizou a consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema antes do término do Prazo Tácito para intimação.
 - O Prazo Tácito para intimação é definido conforme normativo aplicável ao órgão, em que, a partir da "Data de Expedição da Intimação", o Destinatário possui o referido prazo para consultar os documentos diretamente no sistema, sob pena de ser considerado automaticamente intimado na data de término desse prazo.
- O Tipo de Cumprimento "Por Decurso do Prazo Tácito" indica que não ocorreu a mencionada consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema, situação na qual a Certidão é gerada automaticamente na data de término desse prazo.
 - No caso do Prazo Tácito terminar em dia não útil, a geração automática da Certidão ocorrerá somente no primeiro dia útil seguinte.
- Conforme regras de contagem de prazo processual e normas afetas a processo eletrônico, tanto no Prazo Tácito para intimação como nos possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta:
 - sempre é excluído da contagem o dia do começo e incluído o do vencimento;
 - o dia do começo e o do vencimento nunca ocorrem em dia não útil, prorrogando-o para o primeiro dia útil seguinte;
 - a consulta a intimação ocorrida em dia não útil tem a correspondente data apresentada em linha separada, sendo a "Data do Cumprimento" a do primeiro dia útil seguinte.
- Para todos os efeitos legais, somente após a geração da presente Certidão e com base exclusivamente na "Data do Cumprimento" é que o Destinatário, ou a Pessoa Jurídica ou Física por ele representada, é considerado efetivamente intimado e são iniciados os possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta.
 - Caso a intimação se dirija a Pessoa Jurídica, ela será considerada efetivamente intimada na "Data do Cumprimento" correspondente à primeira Certidão gerada referente a Usuário Externo que possua poderes de representação.